

**PT**

**PT**

**PT**



COMISSÃO EUROPEIA

Bruxelas, 16 Abril de 2010  
SEC(2010) 428 final

**Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão**

**Síntese da Consulta sobre a Reforma da Política Comum das Pescas**

Tradução não oficial

## ÍNDICE

Documento de Trabalho dos serviços da Comissão Síntese da Consulta sobre a Reforma da Política Comum das Pescas .....	1
1. Introdução .....	3
2. Superar os cinco obstáculos estruturais da política das pescas .....	4
2.1. Atacar o problema profundamente enraizado da sobrecapacidade da frota .....	4
2.2. Hierarquização dos objectivos da política.....	5
2.3. Centrar o quadro decisório em princípios fundamentais a longo prazo.....	6
2.4. Incentivar o sector a assumir uma maior responsabilidade na aplicação da PCP .....	7
2.5. Desenvolver uma cultura do cumprimento .....	8
3. Continuar a melhorar a gestão das pescas da UE.....	8
3.1. Um regime de pesca diferenciado para proteger as frotas da pequena pesca costeira?8	
3.2. Tirar o melhor partido das nossas pescarias.....	9
3.3. Estabilidade relativa e acesso às pescarias costeiras.....	11
3.4. Comércio e mercados – da captura ao consumidor.....	11
3.5. Integrar a política comum das pescas no contexto mais amplo da política marítima	12
3.6. A base de conhecimentos da política .....	13
3.7. Política estrutural e apoio financeiro público.....	14
3.8. A dimensão externa.....	15
3.9. Aquicultura.....	16
4. Outros temas abordados .....	16
5. Contribuições dos cidadãos.....	17
6. As próximas etapas .....	17

## 1. INTRODUÇÃO

A Política Comum das Pescas (PCP<sup>1</sup>) foi revista em 2002. O novo regulamento de base<sup>2</sup> entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2003 e prevê que a Comissão Europeia (CE) deve apresentar ao Conselho e ao Parlamento Europeu um relatório sobre os capítulos respeitantes à conservação e à capacidade de pesca até ao final de 2012. A CE iniciou este processo com a publicação de um Livro Verde<sup>3</sup>, a que se seguiu um procedimento de consulta, que terminou em 31 de Dezembro de 2009.

Foram recebidas no total 382 contribuições (mais 1329 respostas idênticas através de mensagens de correio electrónico em massa) durante o período de consulta. As contribuições encontram-se disponíveis no sítio Web<sup>4</sup>. O Anexo 1 apresenta uma lista destas contribuições.

Durante a elaboração do Livro Verde, assim como durante o período de consulta, foram realizadas reuniões com partes interessadas, administrações de todos os EM costeiros, assim como outras organizações e entidades. O Anexo 2 apresenta uma lista das reuniões em que participou a CE.

O presente Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão (DTSC) apresenta uma síntese das contribuições recebidas no âmbito deste procedimento de consulta, sem tecer qualquer conclusão relativamente às opções a ponderar numa avaliação de impacto. A síntese tem em conta a resolução do Parlamento Europeu (PE) sobre o Livro Verde, adoptada em 25 de Fevereiro de 2010. A síntese segue a estrutura do conteúdo do Livro Verde.

### Quadro 1 – Contribuições, por sector

Tipo	Número	Exemplos
Público geral	114 + 1329 mensagens de correio electrónico idênticas	Um variado leque de cidadãos
Sector/grupo de interesse, organizações de partes interessadas	117	Na maioria associações de pesca; associações de pescadores à linha, associações de empresas do sector da transformação, comerciantes, entidades do sector do turismo
Organizações da sociedade civil	63	Na maioria ONG ambientalistas, ONG de protecção e bem-estar dos animais, ONG de defesa de consumidores, ONG de desenvolvimento

<sup>1</sup> O Anexo 3 contém uma lista de siglas.

<sup>2</sup> REGULAMENTO (CE) n.º 2371/2002 DO CONSELHO, de 20 de Dezembro de 2002, relativo à conservação e à exploração sustentável dos recursos haliêuticos no âmbito da Política Comum das Pescas.

<sup>3</sup> Livro Verde sobre a Reforma da Política Comum das Pescas (COM(2009) 163 final, 22 de Abril de 2009)

<sup>4</sup> [http://ec.europa.eu/fisheries/reform/consultation/received/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/fisheries/reform/consultation/received/index_en.htm)

Mundo académico	16	Institutos universitários, institutos de investigação nacionais, redes de investigadores, organizações de investigação
Administrações/agências de EM	30	Ministérios, agências governamentais e parlamentos
Governos regionais e locais	35	Na maioria regiões e autarquias costeiras que dependem da pesca, organismos regionais de gestão das pescas do Reino Unido
Outras instituições e órgãos consultivos da UE	8	Parlamento Europeu, Comité das Regiões, Comité Económico e Social, CCPA, CCR, deputados do PE, organismos intergovernamentais
Países terceiros	11	Conselho Nórdico, Noruega (governo e outros organismos), Islândia, Nova Zelândia, grupo dos Estados ACP
	394 (+ 1329)	

## 2. SUPERAR OS CINCO OBSTÁCULOS ESTRUTURAIS DA POLÍTICA DAS PESCAS

### 2.1. *Atacar o problema profundamente enraizado da sobrecapacidade da frota*

As contribuições confirmam que a capacidade da frota de pesca comunitária é excessiva face aos recursos disponíveis. Muitos contestam todavia a generalização deste problema: a grande variedade de situações exige uma análise detalhada à luz de factores como as frotas ou as pescarias. Muitas partes interessadas, incluindo vários Estados-Membros (EM) e o PE defenderam uma avaliação deste tipo, que contemplasse aspectos técnicos e ambientais, tendo o sector da captura salientado a necessidade de ponderar a dimensão económica e social. O PE referiu a necessidade de renovar ou substituir (para reforçar a segurança ou reduzir o impacto ambiental) alguns segmentos da frota de pesca (nomeadamente, a frota artesanal) sem provocar um aumento da capacidade de pesca.

Alguns EM e outras partes interessadas defenderam a continuidade da actual abordagem de gestão da capacidade. Algumas organizações não-governamentais (ONG) propuseram a redução obrigatória da capacidade com base na frota. Outras ONG defendem um sistema de redução da capacidade associado a planos de gestão das pescarias. As autoridades regionais das regiões ultraperiféricas (com o apoio dos respectivos EM) pedem para que a gestão da capacidade continue a ser diferenciada para as suas frotas.

A adopção de um regime *ad hoc* de demolição financiado com verbas estatais para substituir o actual regime de abate não gerou muito apoio, embora a maioria das partes interessadas, como o PE, considere esse regime útil sob determinadas condições. Alguns EM questionam a eficácia das demolições definitivas subsidiadas.

A maioria dos EM e das partes interessadas considera a gestão baseada em direitos uma medida eficaz para combater o problema da sobrecapacidade, manifestando todavia algumas reservas relativamente às quotas individuais transferíveis (QIT), e uma minoria opôs-se claramente a este tipo de abordagem. A maioria dos EM é da

opinião de que a decisão de adoptar um sistema de gestão baseada em direitos deveria caber aos próprios EM.

Muitas contribuições chamam a atenção para o risco de concentração de direitos de pesca inerente às QIT, insistindo na necessidade de evitar esse risco. O respeito pela estabilidade relativa (ER) é um argumento avançado por várias das partes interessadas que se opõem às QIT ao nível da UE. Uma esmagadora maioria das contribuições recebidas considera que as QIT não são apropriadas para a pesca artesanal.

## 2.2. *Hierarquização dos objectivos da política*

Todos concordam que a sustentabilidade ambiental é fundamental para a viabilidade do sector e que não haverá conflito significativo a longo prazo entre os objectivos ambientais, sociais e económicos. Para alguns, a discussão sobre a hierarquização de objectivos é apenas temporária e relevante para as decisões tomadas numa transição para a sustentabilidade das pescarias.

O PE e outras partes interessadas manifestam-se contra a hierarquização de objectivos *a priori*. A maioria das partes interessadas do sector da captura (e algumas autoridades regionais) insistem na necessidade de garantir um equilíbrio entre os três pilares, citando a criação de emprego como um objectivo de pleno direito, e os sindicatos realçam a importância dos aspectos sociais. As opiniões dos EM variam relativamente ao nível de importância atribuído aos três pilares de sustentabilidade, alguns considerando que a sustentabilidade ambiental é primordial, enquanto que outros consideram que todos são igualmente importantes. Alguns EM encaram a pesca numa perspectiva de fonte de fornecimento de alimentos e de segurança alimentar (enquanto novo objectivo), outros encaram a pesca como fonte de emprego nas comunidades costeiras. As ONG ambientalistas colocam a sustentabilidade ambiental no centro da política, situando a PCP no contexto mais abrangente da política marítima e da Directiva-Quadro “Estratégia Marinha” (DQEM). Os comerciantes, retalhistas e algumas empresas do sector da transformação dão primazia à sustentabilidade ambiental.

Existe consenso generalizado sobre a necessidade de consagrar o *rendimento máximo sustentável* (MSY) como objectivo (conforme preconizado na Comunicação da CE COM(2006)360 se na declaração da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável). O PE e o sector da captura em geral defendem um prazo flexível para a aplicação dos objectivos, especialmente para as pescarias mistas, considerando que o MSY deveria servir de orientação e não como objectivo específico. Consideram ainda que os aspectos sociais e económicos deveriam também ser contemplados na perspectiva da sustentabilidade. As ONG ambientais receiam, em contrapartida, que o MSY não possa ter o efeito de precaução desejável em todos os casos, defendendo que os impactos mais significativos das pescas sobre o ecossistema podem comprometer a sustentabilidade do MSY.

Muitas das contribuições recebidas insistem na necessidade de minimizar ou eliminar as devoluções enquanto objectivo importante para a sustentabilidade ambiental, embora algumas contribuições refiram que as devoluções constituem um fenómeno inevitável nas pescarias mistas.

### 2.3. *Centrar o quadro decisório em princípios fundamentais a longo prazo*

As contribuições concordam, de forma generalizada, com o processo decisório em cabe aos políticos (Conselho e PE) adoptarem os princípios e as políticas mais abrangentes (embora essa solicitação seja expressa de forma diferente em diferentes contribuições) O processo decisório deveria ter uma perspectiva de longo prazo numa abordagem ecossistémica com mecanismos destinados a monitorizar e controlar as orientações e decisões políticas através da CE e/ou a nível regional. Existe um apelo em massa no sentido de acabar com a perspectiva de curto prazo, de eliminar a gestão de cima para baixo e a microgestão, e de os aspectos e pormenores mais específicos da PCP deixarem de ser negociados ao nível do Conselho. Algumas partes interessadas pedem para que o Conselho respeite o carácter vinculativo dos pareceres científicos aquando da adopção dos totais admissíveis de captura (TAC).

Muitas partes interessadas, em particular ONG e alguns EM, apoiam a delegação de poderes de aplicação na CE relativamente a determinados domínios (como é o caso das medidas técnicas). Muitos consideram que os planos de gestão de longo prazo concebidos à escala regional deveriam ser adoptados pela CE. A fim de evitar o "livre arbítrio" da CE, várias partes interessadas propõem um procedimento envolvendo um comité regulador ou a participação dos Conselhos Consultivos Regionais (CCR) ou do sector. Um grupo reduzido de partes interessadas (nomeadamente algumas autoridades regionais) opõe-se a esta delegação de poderes; um EM considera que muitas das decisões "técnicas" podem ter um impacto claramente político ou social.

Existe um apoio generalizado no sentido de adoptar uma abordagem mais regionalizada. O conceito não é todavia uniforme: por exemplo, alguns referem-se à regionalização ao nível das bacias hidrográficas, enquanto outros se referem a regiões dentro do território nacional. Alguns insistem no princípio da subsidiariedade, em que os EM podem criar comités regionais para a gestão e exercer um alto nível de auto-regulação. Outros propõem uma simples cooperação entre EM em questões de aplicação e controlo e outros ainda consideram haver espaço para uma delegação de poderes de decisão sobre, por ex., a gestão do acesso, dos recursos e das frotas.

Muitas partes interessadas apontam para a necessidade de criar um organismo regional separado, com vários graus de poderes e responsabilidades. A maioria, incluindo o PE, defende a criação de um organismo essencialmente consultivo para discutir e elaborar propostas de políticas e legislação a serem adoptadas pelas instituições da UE. O organismo regional desempenharia um papel activo no diálogo e em discussões, contando com a participação das partes interessadas do sector e de outras partes envolvidas. A região do Báltico é algumas vezes mencionada como possível organização piloto para elaborar e aprovar regulamentos (por ex., devoluções, gestão de quotas nacionais). Outros defendem a criação de um organismo regional responsável pela aplicação de planos de longo prazo, com alguns poderes de regulação a nível operacional e tomada de decisões. Alguns advogam a delegação de poderes (por ex. medidas técnicas e regulação do esforço). Algumas contribuições sugerem uma combinação de funções.

Relativamente à composição, muitos referem que este organismo regional deveria consistir numa entidade tutelada por um EM, nalguns casos defende-se que deva ser um agente ou parte interessada do sector, enquanto outros referem que as partes interessadas do sector deveriam desempenhar um papel consultivo através dos CCR. Algumas partes interessadas apontam para a CE como membro desse organismo, outros desejariam que a CE assumisse uma função de observador/colaborador activo. Alguns propõem que os CCR devam ser transformados num organismo regional consultivo, com a participação dos EM e das partes interessadas.

Relativamente aos CCR, foram recebidas algumas mensagens claras: o seu sucesso deveria ser alargado através de um reforço das suas capacidades e (de acordo com os próprios CCR) conferindo maior peso aos seus pareceres, especialmente os pareceres adoptados por unanimidade. O PE solicita expressamente um financiamento apropriado. Alguns propõem uma mudança na composição destes organismos, a fim de garantir um melhor equilíbrio entre os interesses do sector e os interesses das outras partes interessadas e não representadas.

#### **2.4. *Incentivar o sector a assumir uma maior responsabilidade na aplicação da PCP***

Vários EM consideram que as organizações de produtores (OP), assim como outras organizações de pescadores deveriam assumir mais responsabilidades em matéria de conservação e controlo, na medida em que estas organizações têm capacidade para implementar as melhores soluções técnicas. A autogestão só deveria no entanto ser aplicada após uma avaliação dos riscos e benefícios e tendo em conta as especificidades nacionais (ou seja, o quadro jurídico). O sector apoia a autogestão com algumas ressalvas, de modo a evitar que os pescadores passem a ser responsáveis por qualquer eventual falha na gestão das pescarias. Estão predispostos a aceitar um regime de autogestão, se este permitir aos pescadores decidirem que soluções técnicas devem ser adoptadas para alcançar os objectivos fixados. Deixariam deste modo de existir a microgestão e as regras complexas. Algumas condições e critérios prévios deverão ser cumpridos, de modo a não contrariar as normas e princípios estabelecidos ao nível da UE. A maioria das ONG ambientais está relutante à ideia da autogestão, defendendo que a delegação de mais responsabilidades exigirá um rigoroso controlo e aplicação. Preferem o conceito da governança participativa ou da co-gestão.

As ONG ambientais, assim como alguns EM, o sector e o PE, apoiam um modelo de gestão baseada em resultados, com objectivos claros e metas mensuráveis. A UE deveria desenvolver mecanismos para assegurar a responsabilidade e o cumprimento das regras, por parte do sector, com base na apresentação de documentos. Deveriam ser criados incentivos para recompensar as iniciativas positivas, bem como medidas de reforço das capacidades. Só será possível atribuir mais responsabilidades ao sector se houver uma integração horizontal e vertical suficiente dentro do próprio sector da pesca. Todas as partes interessadas consideram que a UE deveria promover a organização dos pescadores (a maioria reconhece o papel-chave que as OP desempenham), especialmente tendo em conta que o sector se encontra fragmentado. Algumas partes interessadas insistem na necessidade de adoptar uma abordagem diferenciada, na medida em que nem todas as pescarias conseguirão avançar ao mesmo ritmo neste processo.

A maioria das partes interessadas, mas também o PE e vários EM, consideram que a atribuição de mais responsabilidades ao sector implicará um maior envolvimento no processo de tomada de decisões. É interessante notar que os pescadores, os EM e as ONG ambientais referem as mesmas boas práticas relativamente à atribuição de mais responsabilidades e à gestão sustentável. Todos apontam para a importância de partilhar boas práticas (e insucessos), através dos CCR e de outros organismos de gestão regionais.

Alguns EM e ONG ambientais consideram que os custos (ou parte dos mesmos) relativos à gestão das pescarias deveriam ser suportados por quem explora os recursos, divergindo no entanto no que diz respeito à melhor opção (taxas de acesso versus taxas sobre desembarques/receitas). Muitas das partes interessadas do sector das pescas defendem que o sector já presta um contributo financeiro suficiente para a gestão das pescarias.

### **2.5. *Desenvolver uma cultura do cumprimento***

A sobrecapacidade da frota, a complexidade das regras, os problemas relacionados com a recolha de dados e a aplicação de sanções inadequadas e diferenciadas são os principais factores responsáveis pelo não cumprimento das regras e pela falta de condições equitativas.

A maioria dos EM e das ONG tem uma opinião favorável acerca do novo regulamento de controlo (1224/2009), mas o sector expressa por seu lado algumas preocupações sobre a necessidade de assegurar uma aplicação mais eficaz das actuais regras. Várias contribuições dos EM e do próprio sector defendem uma simplificação das regras da PCP e abordagens plurianuais para melhorar o nível de cumprimento, ao passo que as ONG também referem a necessidade de reforçar as técnicas de controlo (sistemas de localização de navios por satélite, câmaras de vigilância). As opiniões dividem-se quanto à atribuição de mais poderes à CE e ao reforço do papel da Agência Comunitária de Controlo das Pescas, embora esta agência tenha uma apreciação favorável a nível geral, nomeadamente por parte do PE. Várias contribuições oriundas do sector consideram que seria útil haver mais autogestão.

As ONG e alguns EM apoiam uma ligação mais estreita entre a assistência financeira e o cumprimento das regras da PCP e das obrigações de controlo, ao passo que o sector se opõe de forma geral, especialmente ao nível dos operadores individuais. As ONG consideram que deveriam ser criados incentivos para permitir um maior cumprimento das regras.

## **3. CONTINUAR A MELHORAR A GESTÃO DAS PESCAS DA UE**

### **3.1. *Um regime de pesca diferenciado para proteger as frotas da pequena pesca costeira?***

Existe um consenso geral sobre a importância das pequenas frotas costeiras para a pesca europeia. Entre os EM, alguns apoiam a ideia de um regime diferenciado, enquanto outros não se manifestam favoráveis a uma abordagem específica. Um número significativo de partes interessadas refere que deveria caber aos EM decidirem sobre a aplicação de medidas específicas, associando muitas vezes este

argumento ao regime das 12 milhas. O PE apoia esta diferenciação e defende a criação de programas específicos para as pequenas frotas costeiras.

A maioria das partes interessadas (o sector e as ONG, assim como as autoridades regionais e locais) vê a pequena pesca costeira com bons olhos, em virtude, entre outros motivos, da sua ligação com as comunidades locais, do uso de artes de pesca passivas e selectivas, e do baixo consumo de combustível. Algumas contribuições referem que poderão surgir problemas se várias frotas se concentrarem numa mesma zona de pesca, visando a mesma unidade populacional. Muitas contribuições salientam todavia que a pequena pesca costeira tem um impacto (por vezes considerável) nos recursos, pelo não deveria estar isenta do cumprimento das medidas de conservação e controlo.

Grande parte das contribuições (incluindo do PE) chama a atenção para a diversidade de situações existentes na UE, apelando por esse motivo para uma abordagem flexível, que deveria ser adaptada em função das especificidades das regiões e/ou pescarias. A maioria dos apoiantes desta abordagem defende uma combinação de critérios de selecção, incluindo o comprimento dos navios, o raio de acção da pescaria, a duração de viagem, os volumes de captura, o tipo de arte de pesca. Várias contribuições de ONG e do subsector da captura desejam que sejam tidos em conta critérios sociais e a relação com as comunidades locais/regionais. Alguns propõem uma delimitação das zonas por pescaria e outros sugerem incluir a pesca recreativa no regime específico.

O processo de tomada de decisões é frequentemente associado à abordagem regionalizada, com a definição de critérios globais ao nível da UE e uma gestão a nível nacional (os EM apoiam esta opção) ou a nível regional/local. Parte do sector apela para uma gestão ao nível das pescarias ou dos pescadores (co-gestão ou autogestão).

Todos concordam a nível geral em que a introdução de um modelo de gestão baseado em direitos de pesca e em QIT não deve comprometer a continuidade da pequena frota costeira. Considera-se, por conseguinte não haver necessidade de introduzir QIT ou garantias (para evitar a concentração excessiva ou a compra de direitos de pesca). A criação de uma ajuda financeira específica para determinadas acções, tais como a melhoria da segurança (através de ajuda à modernização), a formação em gestão de pescarias, a certificação de produtos de pesca, é frequentemente evocada, alguns defendendo uma ajuda pública à construção de novos navios para as pequenas frotas costeiras. Outros consideram que o regime deveria contemplar a reserva de quotas ou um acesso exclusivo a determinadas zonas.

### **3.2. *Tirar o melhor partido das nossas pescarias***

A maioria das contribuições partilha o objectivo de alcançar gradualmente taxas de exploração correspondentes ao MSY em 2015. Podemos salientar algumas diferenças na questão de saber se a FMSY deverá ser considerada como objectivo primordial ou como objectivo intermédio, abrindo caminho para abordar considerações económicas (algumas partes interessadas propõem substituir a FMSY pela FMEY) ou se deverão ser definidos novos objectivos tendo em conta a especificidade das pescarias mistas ou com uma abordagem ecossistémica compatível com os objectivos da DQEM.

Estes novos objectivos deveriam ser associados a calendários e prazos claramente definidos. Não obstante, alguns comentários referem que a estratégia de MSY não será relevante para as unidades populacionais e piscarias relativamente às quais não existem dados ou os dados existentes não são fiáveis.

Relativamente aos instrumentos de gestão destinados a limitar as taxas de mortalidade por pesca (a proporção das unidades populacionais presentes no mar capturada num determinado ano), a maioria das contribuições considera que os limites de captura e de esforço de pesca são relevantes, dependendo essencialmente dos tipos de pescarias a que serão aplicáveis. Várias partes interessadas evocam a utilidade de gerir cada pescaria pelágica através de limites de captura e de introduzir limites do esforço de pesca nas pescarias multiespecíficas e multi-artes. Além disso, são muito poucas as partes interessadas que pedem para que os regimes de esforço de pesca sejam subordinados aos sistemas de gestão de TAC. Menos ainda são os que defendem a não utilização de instrumentos de limitação do esforço de pesca ou instrumentos baseados em limites de captura. Existem muitos comentários sobre as lacunas associadas a estes instrumentos: a gestão dos limites de captura actualmente baseada nos desembarques e nos limites do esforço está muito pouco adaptada às artes de pesca passivas. São poucos também os que insistem na gestão da capacidade da frota (ou potência de pesca) e do esforço de pesca complementares. Outros defendem a eliminação das “quotas no papel” ou do “esforço de pesca no papel” (possibilidades de pesca que não são utilizadas estruturalmente). Alguns apoiam a possibilidade de gerir as componentes temporal e espacial do esforço de pesca ou das capturas através do encerramento de zonas geográficas, da definição de zonas marinhas protegidas, da gestão integrada de zonas costeiras.

Uma esmagadora maioria das partes interessadas manifestou-se a favor da aplicação de planos plurianuais em apoio a uma abordagem de pesca, tendo algumas partes interessadas preconizado mesmo a aplicação de planos plurianuais ecossistémicos. Nalguns casos, é referido que as regras de controlo das capturas incluídas nestes planos plurianuais deveriam reflectir de forma rigorosa os resultados divulgados através dos pareceres científicos para as principais unidades populacionais, grupos de unidades populacionais ou pescarias. Alguns comentários referem que haveria uma consequente redução das pressões políticas na hora de calcular as oportunidades de pesca. Outros comentários referem ainda que os planos plurianuais deveriam contemplar outras questões, tais como as devoluções, a estrutura e composição das capturas, assim como aspectos económicos e sociais. Algumas partes interessadas referem que a política de gestão da capacidade deveria ser adaptada ao desenvolvimento destes planos plurianuais. É preconizada uma maior flexibilidade na adopção e aplicação destes planos, assim como a atribuição de uma maior responsabilidade aos CCR.

No que se refere às medidas técnicas e às QIT, as contribuições tendem a ser menos claras; várias partes interessadas salientam que não se pode considerar soluções específicas, outras defendem que seria mais vantajoso melhorar as medidas técnicas de conservação em vez de desenvolver QIT. Não obstante, vários comentários insistem na necessidade de abordar os problemas associados às devoluções (proibir as devoluções seria sempre uma medida controversa) e às capturas acessórias.

Outras ideias, mais ou menos directamente relacionadas com questões de conservação, são avançadas noutras contribuições, como a necessidade de restringir o acesso das pequenas frotas na zona das 12 milhas ou uma possível adaptação da estabilidade relativa.

### **3.3. *Estabilidade relativa (ER) e acesso às pescarias costeiras***

Uma grande maioria das contribuições (incluindo da maioria dos EM) apoia a continuidade do princípio da ER, considerando-o como uma das pedras angulares da PCP, que garante a segurança e estabilidade. Um número reduzido de contribuições está disposto a reconsiderar este princípio, a favor de modelos de atribuição de direitos de pesca mais baseados no mercado ou a favor de modelos orientados para o esforço no caso das pescarias mistas e/ou a favor ainda de uma mudança radical no acesso/atribuição com base em critérios ambientais ou de equidade (essencialmente várias ONG ambientais). O PE pede para ponderar a necessidade de alterar o princípio, mas insiste por outro lado na necessidade de preservar os benefícios da ER para as comunidades costeiras.

Registam-se muitas opiniões a favor de uma revisão das chaves de repartição e da sua actualização à luz das realidades actuais, de modo a ter em conta, nomeadamente, as recorrentes trocas de quotas realizadas todos os anos. Outros defendem uma adaptação à capacidade de pesca real.

O sistema de transferência e troca de quotas é amplamente aceite, alguns sugerindo um alargamento das transferências de quotas (através de trocas no seio do sector e de possibilidades de troca com países terceiros).

Uma esmagadora maioria das partes interessadas pronuncia-se a favor da continuidade do regime das 12 milhas e o PE pede para que este regime seja permanente. Um grande grupo defende que o regime deve ser associado à protecção das pequenas frotas. Algumas contribuições preconizam um regime cujo acesso estaria limitado aos navios que cumprem determinados requisitos de sustentabilidade ou uma limitação do acesso a determinadas pescarias ou, ainda, a integração das pescarias em zonas marinhas protegidas. Um número reduzido de partes interessadas sugere que as regras impostas pelos EM na zona das 12 milhas náuticas deveriam aplicar-se a todos os navios activos que operam nestas águas. Esporadicamente, é defendido um regresso às águas territoriais ou a anulação dos acordos de acesso recíproco entre os Estados-Membros.

### **3.4. *Comércio e mercados – da captura ao consumidor***

De um modo geral, a organização comum de mercado (OCM, Regulamento (CE) n.º 104/2000) é considerada um pilar fundamental da PCP. A tónica deveria ser colocada no mercado no seu conjunto, tomando em consideração as necessidades específicas da aquicultura.

As contribuições dos EM, do PE e do sector destacam o papel das OP, que deverão ser reforçadas e assumir mais responsabilidades tanto na produção, como na gestão dos recursos, na melhoria do planeamento e resposta do mercado, na inovação e concentração da oferta, incluindo um papel reforçado para as organizações interprofissionais (transnacionais). Vários EM recomendam a atribuição de mais

fundos às OP, como forma de ajudar as mesmas no exercício das suas novas responsabilidades e no planeamento da comercialização.

A necessidade de rever e simplificar os mecanismos de preços e intervenção é amplamente reconhecida, mas a maioria das partes interessadas considera que é necessário eliminar a retirada de produtos do mercado (ao abrigo dos mecanismos de intervenção da OCM), mas manter a ajuda ao reporte. Alguns apoiam a ajuda directa às actividades de produção e comercialização. O sistema de preços de orientação é apreciado pelo sector, mas deveria estar melhor adaptado às realidades (regionais), exigindo o sector da aquicultura o seu próprio regime de preços.

A maioria das partes interessadas considera que a rotulagem e certificação constituem estratégias promissoras se houver um quadro regulamentar que contribua para a transparência e para o reforço da confiança dos consumidores. O apoio à promoção do consumo parece ser mais controverso.

No que respeita à política comercial, os importadores e os transformadores em particular insistem na liberalização das importações para assegurar o abastecimento de matérias-primas. Vários EM desejam conservar o regime aduaneiro, mas os retalhistas e importadores preferem por seu lado que haja mais suspensões de direitos aduaneiros. O PE e muitas outras partes interessadas evocam questões não aduaneiras, pedindo para que sejam aplicadas condições iguais aos produtos da UE e aos produtos importados, através nomeadamente de garantias, medidas anti-dumping e controlos rigorosos das importações.

### **3.5. *Integrar a política comum das pescas no contexto mais amplo da política marítima***

A política marítima integrada (PMI, COM(2007)575) é geralmente considerada importante no sentido em que deveria englobar a PCP como parte integrante e que deveriam ser adoptadas abordagens holísticas. A actual situação é amplamente criticada devido à existência de políticas incoerentes que propiciam uma ausência de igualdade. O PE apela para uma disponibilidade de recursos financeiros suficientes para a PMI.

As diferentes partes interessadas (especialmente do sector) vêm no desenvolvimento da PMI uma possibilidade de reforçar a sua voz sobre as actividades dos operadores económicos ou de reforçar a sua influência sobre as decisões políticas com impacto sobre as pescas. Outras partes interessadas, incluindo ONG ambientais, antecipam da mesma forma uma oportunidade para melhor fazer valer os seus pontos de vista sobre as decisões envolvendo as pescas. Existe um apoio generalizado à aplicação da PMI à escala regional, incluindo uma abordagem da pesca ao nível das bacias marítimas com um fórum regional para discutir todos os aspectos. A Estratégia para o Mar Báltico foi mencionada como um bom exemplo.

A grande maioria é favorável a uma PCP alinhada com a DQEM e outros actos legislativos no domínio do ambiente, assim como com uma abordagem ecossistémica. As opiniões divergem sobre a forma como a integração deveria ser aplicada. O sector defende de um modo geral que as actividades de pesca deveriam ser consideradas (por razões históricas) como um domínio prioritário. As ONG ambientais preferem que as pescas sejam integradas nas normas ambientais.

No que respeita ao ordenamento do espaço marítimo, o sector reclama um acesso prioritário e deseja ser melhor consultado, ao passo que vários EM e ONG consideram que a PMI deveria aplicar mecanismos de consulta de todos os subsectores.

O sector insiste no facto de estar em condições de apoiar medidas de adaptação aos efeitos das alterações climáticas e contribuir para assegurar que as pescas não comprometam a resiliência dos ecossistemas marinhos. Muitas ONG consideram que uma redução da pressão da pesca, as áreas marinhas protegidas e práticas que reduzam o consumo de combustível constituem as melhores medidas para melhorar a resiliência dos ecossistemas às alterações climáticas. Os EM evocam a necessidade de intensificar a investigação sobre as alterações climáticas e de aplicar a abordagem ecossistémica.

A avaliação do impacto e um melhor conhecimento do funcionamento do ecossistema são considerados importantes a nível geral. O sector sublinha que possui um grande conhecimento do ambiente marinho e que, deste modo, pode ser muito útil neste domínio (ex.: identificação de zonas vulneráveis).

### **3.6. *A base de conhecimentos da política***

Existe um amplo consenso sobre a necessidade de a PCP se basear nos melhores conhecimentos científicos disponíveis. Algumas partes interessadas (especialmente as ONG ambientais e os retalhistas) defendem que os pareceres científicos deveriam ser sempre seguidos. O PE sublinha que a falta de conhecimentos não deveria entrar a adoção de medidas de precaução.

A maioria das partes interessadas preconiza abordagens inclusivas e participativas na investigação e nos pareceres científicos, com o envolvimento dos cientistas de todas as partes interessadas e uma boa comunicação com os mesmos (alguns defendem apenas a participação do sector). Muitos apelam para uma abordagem multidisciplinar da investigação e dos pareceres num contexto ecossistémico e integrada na DQEM. Algumas contribuições apontam para a necessidade de adaptar o processo de emissão de pareceres científicos a um quadro de gestão regional.

A maioria das contribuições provenientes de todos os grupos expressa preocupações relativamente à disponibilidade e qualidade dos dados (por ex.: dados sociais e económicos, dados sobre devoluções, etc.). De acordo com diversos grupos, a falta de dados ou de conhecimentos deve-se à existência de regulamentações demasiado restritivas (o subsector da captura), à aplicação de uma abordagem ecossistémica (alguns EM, o PE, ONG) ou à confiança dos consumidores (comerciantes e retalhistas).

Foram sugeridos mais investimentos na investigação, recolha de dados e emissão de pareceres, tendo algumas partes interessadas (o PE e alguns EM) reivindicado uma melhor utilização das tecnologias da informação e o registo automatizado de dados. Alguns consideram que os pescadores deveriam receber incentivos para fornecer dados de boa qualidade. Várias partes interessadas propõem uma nova estrutura comunitária (por ex., uma agência, um pólo de conhecimento) para garantir a independência, a transparência e uma melhor coordenação e utilização dos recursos.

### 3.7. *Política estrutural e apoio financeiro público*

Muitos evocam a necessidade de prosseguir com o financiamento público do sector da pesca. O PE defende um aumento dos recursos financeiros consagrados à política das pescas. Vários EM manifestam-se favoráveis à introdução de alterações nas modalidades de financiamento. Alguns EM e a maioria das ONG insistem na eliminação imediata ou progressiva dos subsídios, porque estes preservam estruturas não viáveis e contribuem para a dependência do sector das ajudas públicas.

Existe consenso sobre a necessidade de qualquer apoio que venha a ser prestado no futuro acompanhar a transição que ocorrer no âmbito do processo de reforma e facilitar a adaptação do sector para garantir a sustentabilidade económica e social a longo prazo, ou de limitar as consequências das grandes mudanças políticas (por ex. evolução para um modelo de MSY, o PE propõe uma indemnização para os pescadores afectados pelos planos plurianuais). O apoio da UE deveria ser melhor definido e direccionado, centrando-se na investigação e inovação, na melhoria da protecção marinha e no apoio às organizações de pescadores e ao desenvolvimento local (eixo 4, desenvolvimento sustentável nas zonas de pesca). Regista-se um amplo apoio (por parte dos EM e do sector) à criação de um mecanismo de apoio ao sector em situações de crise ou de emergência, mas que nunca vai ao encontro dos objectivos a longo prazo. A aquicultura é também muitas vezes mencionada como potencial beneficiária das ajudas públicas.

A reestruturação da frota é de um modo geral considerada um dos principais desafios. Regista-se uma tendência generalizada em defender a preservação do regime de abate de navios, mas com uma aplicação mais rigorosa, que deveria passar, para algumas partes interessadas, por regimes *ad hoc* de demolição. Outros defendem uma abordagem alternativa e insistem num maior recurso a mecanismos baseados no mercado, tais como as QIT. Muitos defendem o recurso ao financiamento público para modernizar a frota (selectividade, tecnologias inovadoras, etc.) e poucos (entre os quais o PE e alguns EM) preconizam uma ajuda pública à renovação da frota. Algumas regiões e partes interessadas sublinham a dimensão social da reestruturação. A cessação temporária da actividade não é todavia explicitamente apoiada se houver outro instrumento alternativo (por ex., um mecanismo de emergência).

O aumento da condicionalidade entre o financiamento da UE e a concretização dos objectivos da PCP é amplamente apoiado. Algumas partes interessadas (incluindo algumas organizações do sector) consideram que o cumprimento das regras/objectivos deveria ter influência na disponibilização de fundos. Existe um forte apoio à aplicação de uma abordagem mais sectorial não baseada em critérios de convergência, mas vários EM e o PE opõem-se a tal abordagem. Um número reduzido de partes interessadas defende a supressão progressiva da ajuda nacional (incluindo regimes de isenção fiscal e de ajuda do Estado, por ex., auxílios *de minimis*). Uma esmagadora maioria de partes interessadas tanto do sector, como dos EM considera que os serviços comuns (como o controlo e a recolha de dados) deveriam ser financiados no âmbito de futuros programas de financiamento da UE.

### 3.8. *A dimensão externa*

A maioria das contribuições evoca a importância da dimensão externa e sublinha que os objectivos da PCP deveriam aplicar-se de forma idêntica tanto no plano interno como no plano externo, de modo a assegurar a coerência desta política. O PE, assim como outras partes interessadas consideram que a defesa dos interesses da Comunidade constitui um objectivo fundamental. Uma esmagadora maioria de partes interessadas concorda sobre a necessidade de reforçar a participação da UE nas Organizações Regionais de Gestão das Pescas (ORGP), que desempenham um papel importante na governação das pescas a nível global. Tal deverá implicar também uma melhoria das informações e pareceres científicos, um maior envolvimento de todas as partes interessadas e uma maior transparência dos processos decisórios. A maioria das partes interessadas defende a continuidade da política de livre acesso às águas internacionais no quadro das ORGP. Alguns insistem todavia em que os beneficiários (o sector ou os países) devem contribuir nos custos de gestão, na investigação e na vigilância ou pagar para obter direitos de pesca em alto mar, sublinhando o PE que o acesso só deve ser autorizado se houver excedente de recursos.

A maioria das contribuições salienta a importância dos Acordos de parceria no domínio da pesca (APP). A maior parte partes interessadas do sector defende a continuidade da actual estrutura dos APP para garantir uma protecção jurídica e uma pesca responsável, proporcionando uma plataforma para o cumprimento das regras, a transparência e o apoio aos países terceiros. Dois EM preferem reforçar os APP a uma escala regional, com vista a melhorar a eficácia da investigação, do controlo e da vigilância, assim como da cooperação regional a nível geral. Várias partes interessadas, em particular as ONG, propõem substituir os APP por um quadro de governação das pescas ou acordos de abastecimento sustentável.

Muitos evocam a importância de alinhar os princípios da PCP e os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos APP com outras políticas, a fim de assegurar a coerência e o desenvolvimento de sinergias com os Acordos de Parceria Económica (APE), os acordos comerciais, a ajuda ao desenvolvimento e o apoio ao desenvolvimento local. As empresas comuns são consideradas pelo sector como um meio de investimento nos países terceiros. Os sindicatos e algumas ONG preconizam o respeito pelas comunidades locais e pelos direitos dos trabalhadores locais. Algumas partes interessadas sublinham igualmente a importância dos acordos do Norte.

Um número significativo de partes interessadas prefere manter o actual modelo de financiamento dos APP, enquanto outras afirmam que estes acordos deveriam ser financiados pelo sector privado ou no âmbito de parcerias público-privadas. As ONG insistem no facto de que o sector deve pagar para aceder às águas dos países terceiros e comprovar o cumprimento de critérios de sustentabilidade.

Algumas ONG são favoráveis ao investimento da UE para a transferência de *know-how* e o fomento do desenvolvimento, mas expressam reservas relativamente à transferência das capacidades de pesca. O desenvolvimento da aquicultura no âmbito dos APP é apoiado por algumas partes interessadas, mas conta com a oposição de muitas ONG.

### 3.9. *Aquicultura*

A aquicultura é, a nível geral, considerada um domínio importante, registando-se um apelo no sentido de manter o instrumento de financiamento destinado a apoiar o seu desenvolvimento e integrar as necessidades da aquicultura na revisão da política de mercado. A maioria das contribuições refere a importância socioeconómica, a dimensão de mercado, a interligação com o subsector das capturas, os problemas dos produtos importados e o acesso ao espaço. Algumas partes interessadas do sector sublinham que a aquicultura deveria ser um domínio da incumbência dos EM e não estar abrangida pela PCP. Alguns EM apoiam esta perspectiva, mas são favoráveis a um apoio financeiro da UE.

Vários EM e ONG insistem na necessidade de assegurar a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento da aquicultura enquanto fonte de abastecimento alimentar alternativa, em conformidade com a abordagem ecossistémica. Outros EM consideram a aquicultura um pilar estratégico e fundamental da PCP, defendendo um desenvolvimento coerente da política da UE. Embora algumas ONG apoiem a aquicultura sustentável, a maioria das ONG ambientais e dos representantes de consumidores expressam algumas preocupações relativamente aos impactos negativos das actividades aquícolas para o ambiente.

O PE, alguns EM e outras partes interessadas consideram a aquicultura como parte integrante da PCP e várias ONG ambientais encaram a integração da aquicultura na PCP essencialmente como uma forma de promover uma produção de peixe sustentável do ponto de vista ambiental (e socialmente responsável). Estas ONG, assim como algumas organizações de protecção e bem-estar dos animais consideram que a integração da aquicultura na PCP pode contribuir para reduzir os impactos para o ambiente (por ex., limitando a utilização de espécies de peixes carnívoros, reduzindo as fontes de alimentação para os peixes, etc.). Existe todavia um grupo significativo de ONG ambientais que considera que a aquicultura não deveria fazer parte da PCP revista, devendo sim ser gerida através de outro instrumento europeu distinto ou pelos próprios EM.

## 4. OUTROS TEMAS ABORDADOS

Várias contribuições, nomeadamente do PE, solicitam que seja prestada mais atenção à *dimensão social*, como seja a necessidade de tornar o sector atractivo, reconhecer o papel das mulheres e apoiar os grupos vulneráveis do sector das pescas. Embora se reconheça que não existe muita margem de manobra, as partes interessadas apelam, por exemplo, ao diálogo social, à formação e ao reconhecimento mútuo de qualificações, a uma melhoria das condições de trabalho e de segurança a bordo dos navios e dos salários das tripulações. Entre as sugestões concretas figuram a criação de mecanismos de protecção do emprego e o desenvolvimento de uma estratégia de longo prazo.

As autoridades que representam as *regiões ultraperiféricas* (RUP) e o PE insistem na importância das pescas, mas apontam também para a existência de problemas específicos que exigem soluções específicas (incluindo uma gestão separada das frotas). Nalgumas contribuições recebidas, é proposta uma abordagem regional,

noutras destacam-se os problemas relativos à delimitação do acesso às águas que circundam as RUP. Uma das partes interessadas sugere uma avaliação de impacto das políticas especificamente adoptadas para as RUP.

O subsector da *pescas recreativas* deseja ser reconhecida como parte interessada na PCP de pleno direito, já que desempenha um papel importante na economia sustentável e na criação de empregos. Outros consideram que a pesca recreativa e o seu impacto nas unidades populacionais devem ser tomados em consideração no contexto da PCP, sugerindo uma recolha de dados e, se necessário, medidas técnicas específicas.

Por último, o PE refere que os *portos* representam agentes facilitadores importantes para as pescas.

## 5. CONTRIBUIÇÕES DOS CIDADÃOS

Embora algumas contribuições sejam muito detalhadas e abordem praticamente todas as questões relativas à PCP, a maioria limita-se a abordar questões muito específicas. Muitos cidadãos apelam para o fim da sobrepesca (alguns propõem uma moratória), para a supressão dos subsídios e para a proibição das artes de pesca destrutivas. Muitas contribuições propõem a proibição das devoluções e algumas sugerem que os pareceres científicos sejam rigorosamente tomados em conta na definição dos TAC. Outros evocam a necessidade de reduzir a frota, instaurar um maior controlo, proteger as zonas de recifes e salvaguardar a pesca artesanal. No outro lado do espectro, algumas contribuições apelam para a supressão da PCP, para um regresso às zonas das 200 milhas geridas pelos EM e/ou para uma renacionalização da política de pesca. Foram recebidos dois tipos de mensagens de correio electrónico em massa: um número reduzido de pedidos de criação de reservas marinhas permanentes cobrindo até 40% das águas comunitárias e um apelo à proibição das redes de arrasto destrutivas e à supressão das devoluções e capturas acessórias. O segundo tipo de correio electrónico em massa refere a existência de demasiados pescadores a capturar demasiado peixe, propondo as seguintes medidas políticas: uma redução da frota em pelo menos 50%, o respeito pelos pareceres científicos, a criação de uma rede de ZMP, a proibição dos métodos de pesca destrutivos, a proibição das devoluções e a obrigação de fornecer aos consumidores informações detalhadas sobre os produtos e os métodos de produção. Importa, por último, destacar uma contribuição não só pela forma como foi apresentada (uma banda desenhada), mas também pela originalidade com que aborda o tema (o título diz tudo: «Contribution tendre, naïve et insolente à la Poétique Commune de la Pêche»).

## 6. AS PRÓXIMAS ETAPAS

O presente DTSC será publicado no sítio Web da CE e servirá de base para uma troca de pontos de vista no Conselho dos Ministros das Pescas de 19 e 20 de Abril de 2010. Durante o ano de 2010, a CE elaborará e preparará as opções políticas para a avaliação de impacto que acompanharão as propostas de reforma. Será efectuada uma consulta intensiva das partes interessadas e dos Estados-Membros durante esta fase, à qual se seguirá a elaboração das propostas de reforma. A adopção das propostas de reforma pelo Colégio dos Comissários está prevista para início de 2011.



**Anexo 1. Lista das contribuições recebidas até 12 de Janeiro de 2010**

**Cidadãos**

114 contribuições individuais + 1329 com conteúdo idêntico

**Administrações/parlamentos/agências governamentais dos Estados-Membros**

- Deutscher Bundestag
- Fiskeriverket (SE)
- Miljö- och jordbruksutskottets utlåtande (SE)
- Regeringskansliet (SE)
- SRU - German Advisory Council on the Environment (DE)
- Bundesrat (DE)
- **Wirtschaftsrat** der CDU(DE)
- UK House of Lords
- UK Joint Nature Conservation Committee
- UK English Heritage
- UK Government
- George MP - UK
- Finnish Ministry for Agriculture and Forestry
- Bundesministerium für Ernährung, Landwirtschaft und Verbraucherschutz (DE)
- Bundesamt für Naturschutz (DE)
- Comhairle nan Eilean Siar (IE)
- Folketingets Udvalg for Fødevarer, Landbrug og Fiskeri (DK)
- Ministry of Food, Agriculture and Fisheries (DK)
- Marine Environment Unit – Federal Public Service Health, Food Chain Safety and Environment (BE)
- Rząd Rzeczypospolitej Polskiej (PL) – à vérifier par un/une PL de ton unité
- Ministerio de Medio Ambiente, Medio Rural y Marino – Secretaría General del Mar (ES)
- Assembleia da República – Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (PT)
- Latvija uzskata
- Vlaamse Overheid (BE)
- Ministry of Agriculture, Nature and Food Quality (NL)
- République française
- Ministry of Agriculture, Forestry and Food (SI)
- Estónia



## **Regiões e administrações locais**

- Scottish Government
- Xunta de Galicia
- Junta de Andalucía
- Kent & Essex Sea Fisheries Committee
- Eastern Sea Fisheries Joint Committee
- South Wales Sea Fisheries Committee
- Région Bretagne
- DE - Aktivregion Ostseeküste e.V.
- Poitou-Charentes, Pays de la Loire, Brittany and Lower-Normandy
- Gobierno de Canarias
- Generalitat de Catalunya
- East of England
- IE - South West Regional Authority
- SE - Fiskekommunerna
- CONFERENCE DES REGIONS PERIPHERIQUES MARITIMES D'EUROPE – CONFERENCE OF PERIPHERAL MARITIME REGIONS OF EUROPE
- Västra Götalandsregionen
- Conseil général Morbihan
- Unioncamere Calabria
- COSLA - Convention of Scottish Local Authorities
- Scottish Government
- Comhairle nan Eilean Siar
- Conseil général Finistère
- Région Réunion
- Région Haute Normandie
- Camara Municipal de Sesimbra
- Highland Council
- Gobierno Vasco
- Southern Sea Fisheries District
- Northumberland Sea Fisheries Committee
- UK - Environment Agency
- Seafish
- Aberdeen Council North East Scotland Fisheries Development Partnership
- Cornwall Sea Fisheries District
- Association of Sea Fisheries Committees England
- Département de l'Hérault
- **Régions Ultrapériphériques**
- **Região Autónoma dos Açores**
- Welsh Assembly Government
- Région Guadeloupe

## **Outras instituições**

- Comité das Regiões
- Parlamento Europeu (não recebida, mas em fase de elaboração)
- Comité Económico e Social (não recebida, mas em fase de elaboração)
- UNEP/CMS/ASCOBANS
- HELCOM
- MEP for Munster
- Fianna Fail MEPs
- Bowles MEP
- D. Dodds MEP

## **Organismos consultivos**

- CCPA
- CCR para o mar Báltico
- CCR para as unidades populacionais pelágicas
- CCR para as águas ocidentais Norte
- CCR para as águas ocidentais Sul
- CCR para o mar do Norte
- CCR para a frota de pesca longínqua

**Partes interessadas – sector, pescadores à linha, turismo, etc.**

- Grupo Regal
- Sea Fishery Advisory Group of the Irish Seal Sanctuary
- Pedro Fernández
- Vianapesca
- CPMR North Sea Commission
- ACOPE
- ARVI
- L'Encre de Mer
- OPP48
- Peterhead Port Authority
- AETINAPE
- Promovis Nieuwpoort
- Confederación Española de Pesca Marítima de Recreo Responsable
- UNACOMAR
- Cap l'Orient Agglomération
- Europêche/Cogeca
- OPAGAC
- Associação de Armadores Pesca Artesanal Barlavento Algarvio
- Dutch Fish Product Board
- Mission de la Mer France
- Cornish Fed. Sea Anglers
- AIPCE-CEP
- Visveiling (Marcel Madou)
- Syndicat national des Chefs d'Entreprise à la Pêche maritime
- Danske Havne
- Landesfischereiverband Weser-Ems
- FR - Comité national des Pêches - CNPMM
- Cornish Fish Producers Organisation
- Scottish Pelagic Fishermen's Association
- Ilhas em Rede
- ANACEP & ANEPAT
- Greenore Cooley Fisherman's Association
- EAFPA
- Confederação Helénica de Pescadores
- DE - Landesvereinigung für Nordseekrabben und Küstenfischer
- Puerto Celeiro
- Fischereischutzverband Schleswig-Holstein
- ACV Transcom Visserij
- AKTEA
- Fédération des Femmes du Milieu Maritime
- Federación Gallega de Cofradías de Pescadores
- The Fishermen's Association Limited
- National Federation Fishermen's Organisations
- Shetland Oceans Alliance
- Shellfish Association of Great Britain
- EuroCommerce

- Eurothon
- Edeka Zentrale
- IHK Nord
- DK-LAG Development North West Sealand
- ONGD Finlandesa
- Scottish Fishermen's Federation
- Unioncamere Calabria
- BG - Civil Association "Regional Future"
- Rederscentrale
- Unione Italiana Lavoratori Pesca e Acquacoltura
- Fishmongers Company
- ETF
- CDSS
- Cornish Fish Producers Organisation
- Handelsverband Deutschland
- The Fishermen's Association Limited
- Federación Gallega de Cofradías de Pescadores
- Árainn Mhór Island Fishing Committee
- Federation of Irish Fishermen
- PTEPA
- UK - Food and Drink Federation
- CEPPT
- Coastlsig - LGA
- EPF - Entrepreneurs et Pêcheurs de France
- EAPO
- Federación Gallega de Cofradías de Pescadores
- L'Encre de Mer
- Cepesca
- Organizações do sector das pescas dinamarquês
- Dutch Fish Product Board
- Angling Trust
- Irish Fishermen's Organisation
- APC - Advance Planning-Consulting
- ASOAR-ARMEGA
- SESIBAL
- ANFACO-CECOPECA
- CONXEMAR
- Swedish Fishermen Federation
- EPF- ORTHONGEL
- ADAPI
- SWFPA
- MARGov
- Centrale Economic Council & Consultative Commission for Fisheries
- SWFPO
- South West Handline Fishermen Association
- Fédération française d'Aquaculture

- SeFF Fiskeriturism
- EAA EFTTA FIPS
- HU - Hartobagy
- WOFFMG
- Federação Finlandesa de Pesca Recreativa
- Organização estoniana da pesca
- "WFFA
- NUTFA"
- EE - Maritime Cultural Society of Saaremaa
- EE - Saarte Kalandus
- Sindicato grego dos proprietários de arrastões
- Mexillón de Galicia
- ArtesanalPesca
- Angling-school

**ONG**

- Nederlandse Vegetariërs Bond
- Baltic Sea 2020
- Fishcount.org.uk
- CFFA - CAPE
- 7 ONG francesas
- ClientEarth-MCS
- Western Sahara Resource Watch
- Green Budget Germany
- WWF European Policy Office
- Irish Wildlife Trust
- Ocean Sentry
- EUCC Marine Team
- Marine Conservation Society
- ProWildlife
- Legambiente
- Seas at Risk
- Food and Water Europe
- COAST - UWE - Hebridean - SSACN - FIMETI
- PEW
- Ocean2012
- Eurogroup for Animals
- CFFA
- Environmental Pillar of Social Partnership
- Compassion in World Farming
- German Church Development Service
- Finnish Association for Nature Conservation
- Seas at Risk position
- Royal Society of Edinburgh
- Birdlife
- Ecologistas en Acción
- Greenpeace
- ClientEarth
- Dutch society for the Protection of Animals
- Oceana
- ICSF
- National Heart Forum
- DE - Society for the Dolphin Conservation
- Kenna Eco Diving
- Pro-Sea Foundation
- Project Blue Sea
- Swedish Society for Nature Conservation
- Coalition Clean Baltic
- Deepwave
- New Economics Foundation
- Saharawi NGOs
- PONG Pesca
- EKO-UNIA
- PUGAD
- Fisheries Secretariat

- WWF Mediterranean
- Humane Society International
- DE - IBG (J. Gessner)
- EuroCoop
- IFAW
- Fair-fish

## **Organizações e institutos de investigação**

- IIEA - Institute of International and European Affairs
- Instituto Español de Oceanografía
- FI - Fisheries and Environmental Management Group
- EFARO
- University of York
- Università di Bologna
- APECE
- Marine Laboratories of the Natural Environment Research Council
- Instituto Español de Oceanografía - Canarias
- Proyecto PRESPO
- German Elasmobranch Society
- Presentation Justice Network, Ireland
- Centro de Biodiversidad y Gestión ambiental
- JRC Ispra
- MARINET

## **Contribuições de países terceiros**

- Governo norueguês
- Conselho de Ministros Nórdico
- Conselho Nórdico
- Região Norte da Noruega
- Região Ocidental da Noruega
- Grupo ACP
- Governo neozelandês
- Norwegian Seafood Federation
- Norwegian R&D project
- S. Gudmundsson

## Anexo 2. Reuniões de consulta sobre a reforma da PCP

	When?	Where?
	(all dates in 2009)	
<b>MS Fisheries Administrations</b>		
DK - All-purpose meeting	11 May	Copenhagen
ES -Specific mission	26 May	Madrid
DK - EFF Monitoring Committee	28 May	
IE - EFF Monitoring Committee	28 May	
DK - Annual Fisheries Policy Meeting	4 June	Kolding, Denmark
SK - EFF Monitoring Committee	12 June	
ES - Multi-purpose meeting	18-19 June	
CZ - EFF Monitoring Committee	19 June	
NL - EFF Monitoring Committee	19 June	Netherlands
ES - EFF Monitoring Committee	23-24 June	
PT - EFF Monitoring Committee	26 June	
FR - Multi-purpose meeting	29-30 June	
All Members States (DGs)	2-3 July	Ronneby
BE - Specific meeting	6 July	Ostende
PT - Ad-hoc meeting	7 July	Lisbon
BE - EFF Monitoring Committee	8 July	
FR - Specific mission	8 July	Paris
UK - Multi-purpose meeting	13-14 July	
GR - Conference on the Green Paper	30 Aug-1 Sept.	Thessalonique
AT - EFF Monitoring Committee	17-18 September	Illmitz
PL - Multi-purpose meeting	22-23 September	Warsaw, Gdynia
RO - Conference on the CFP Reform	3 October	Bucharest
IE - Ad-hoc meeting + The Marine Institute	7-8 October	Dublin
DK - Danfish Conference " A new Fisheries Policy for fishers"	8 October	Ålborg, Denmark
IT - Ad-hoc meeting (Adm. + Stakeholders)	12 October	Sardegna

SV - EFF Monitoring Committee	15 October	Gothenburg	
EE - EFF OP Annual Examination	18 November	Brussels	
SV - EFF OP Annual Examination	24 November	Brussels	
DE - EFF OP Annual Examination	25 November	Brussels	
DK - EFF OP Annual Examination	26 November	Brussels	
PL - EFF OP Annual Examination	1 December	Brussels	
NL - EFF OP Annual Examination	3 December	Brussels	
GR - Conference on the Green Paper	4 December	Kamena Greece	Vourla,
BG - Multi-purpose meeting	7-8 December	Sofia	
IT - Special event	10 December	Itália	

### **MS Administrations other than fisheries, regions and other events**

Chambre de Commerce de Granville, Basse Normandie	14 May	Brussels	
AG Commission Arc Atlantique	15 May	Santander	
Devon Maritime Forum	20 May	Brixham	
EFARO Annual directors meeting	26 May	Göteborg	
Fundación Galicia Europa - Presentation to all ES regions	3 June	Brussels	
EFF Axis 4 seminar with Baltic MS	4-5 June	Parnü - Estonia	
Lower Normandy	4 June	Caen	
CRPM - Adonis A4719	9 June	Brussels	
"Inquiry into Future Fisheries Management" - Scottish Government	15/16 June	Edimburg Videoconference	
CPMR Working Group "Aquamarina"	18 June	Brussels	
5th meeting with MS experts on Maritime Policy	23 June	Brussels	
Biolfish	25 June	Monopoli	
Coastal Management for Sustainability	30 June	London	
ES -Specific mission	9-10 July	Granada	
EU Fisheries Advisor meeting	17-18 September	Göteborg	
Five French major maritime regions	29 September	Brussels	
CPMR - General Assembly	30 Sept. 1-2 Oct.	Göteborg	

Assises de la pêche - ouverture	5 October	Paris
The East of England Regional Assembly's (EERA)	5 October	Brussels
DE - Presentation at the EU representation	7 October	Berlin
Bretagne - Journée d'échange sur la réforme de la PCP	20 October	La Forêt Fouesnant
Environment Policy Review Group	26 October	Brussels
Assises de la pêche - PACA	3 November	France
Galicia - Meeting between Galician Minister for Fisheries and Commissioner Borg	5 November	Brussels
Scotland	4-5 November	Scotland
EFARO workshop on CFP Reform	24 November	Ostende
DE - COM representation with Land Schleswig-Holstein	26 November	Buesum
ES -Specific mission	26-27 November	Canary Islands
ES -Specific mission	27 November	Bilbao
Assises de l'économie de la mer	1 December	Brest
PT - Meeting with Azores Government	4 December	Ponta Delgada
ES -Specific mission	18 December	Santiago

### **European Institutions**

Comité das Regiões	30 June	Brussels
European Economic and Social Committee	15 July	Brussels
European Parliament - Fisheries Committee	1 September	Brussels
European Parliament - Fisheries Committee	30 Sept/1 Oct	Brussels
European Economic and Social Committee - Specialised section	8 October	Brussels
European Parliament - Working lunch with the Rapporteur	15 October	Brussels
European Parliament - Workshop "Reforma da Política Comum de Pesca: O Futuro da Pesca em Portugal"	21 November	Porto
European Parliament - Fisheries Committee	1 December	Brussels
Comité das Regiões	4 December	Brussels
European Economic and Social Committee	10 December	Brussels
European Economic and Social Committee	8 February	Brussels
European Parliament - Study visit by national parliaments' officials to PECH	25 February	Brussels

## Stakeholders, including NGOs

BSRAC - General Assembly	8 May	Gdynia, Poland
PeIRAC working groups	14-15 May	Leiden
MedRAC	3-4 June	Marseille
BSRAC Demersal & Pelagic WK	9 June	Dinamarca
IEEP	8 June	Brussels
WWFEPO	10 June	Brussels
Green Party	15 June	Berlin
ACFA - Plenary Session	17 June	Brussels
BSRAC ExCom	22-23 June	Finland
PeIRAC working group I on reform	23 June	Schiphol
EAPO Seminar on the Green Paper	26 June	Bénodet - France
NSRAC ExCom	29-30 June	Netherlands
SWWRAC - General Assembly	6-7 July	Paris
CCR para as águas ocidentais Norte	10 July	Paris
ACFA - Ad-hoc Group on the Reform + Danish Administration	8 September	Copenhagen
NWWRAC ExCom	8 September	Madrid
Natural England	11 September	Brussels
PeIRAC GA and ExCom	16-17 September	Amsterdam
ICSF - Small-scale fisheries, coastal communities and CFP Reform	28 September	Brussels
PEW - WWF - Fisheries Secretariat - Ocean2012 - Dinner on US regional fisheries management	28 September	Brussels
PEW - WWF - Fisheries Secretariat - Ocean2012 - Regional Fisheries Management Conference	29 September	Brussels
AGLIA - La pêche et les institutions européennes	29 September	Brussels
ClientEarth and Marine Conservation Society	30 September	Brussels
BSRAC Conference on best practices	1 October	Suécia
Federation of Irish Fishermen	9 October	Dublin
ACFA - Groups 2 & 3 (Aquaculture & Markets)	13 October	Brussels
PELRAC WGs	14 October	Leiden,

		Netherlands
Eurocommerce	21 October	Brussels
Seas at Risk	21 October	Brussels
NWWRAC - AG	28 October	Dublin
Inter-RACs Seminar	3-4 November	Edimburg
Social Dialogue + Harvesting sector	5-6 November	Split
Federación Gallega de Cofradías de Pescadores	7 November	Madrid
ACFA - Ad-hoc Group	10 November	Brussels
Trade Unions	12-13 November	Málaga
Oceans Symposium	13 November	Oxford
LPN (= ONG)	16 November	Lisbon
XIV Jornadas de Pesca Celeiro	21 November	Celeiro, Spain
WWFEPO	24 November	Brussels
ADAPI	3 December	Lisbon
Natural England	8-9 December	London
ACFA Plenary Session	9 December	Brussels
Conférence Coopération regionale de l'océan Indien	10 December	St Denis, Réunion

### **External events**

Conselho de Ministros Nórdico	1-3 July	Isafjorden - Iceland
XIXth meeting of the European Association of Fisheries Economists (EAFE)	6-8 July	Malta
Conference "Efficient Fisheries Management - Fishing rights and flexibility"	27/28 August	Reykjavik
ESIN - General Assembly	9 September	Elba, Italy
World Fishing Exhibition	16-19 September	Vigo
Conselho de Ministros Nórdico	13 October	Copenhagen
Northern Norway	10 December	Brussels

### **Anexo 3. Siglas**

APE	Acordo de parceria económica
APP	Acordo de parceria no domínio da pesca
CCPA	Comité Consultivo da Pesca e da Aquicultura
CCR	Conselho Consultivo Regional
CE	Comissão Europeia
DQEM	Directiva-Quadro Estratégia Marinha
DTSC	Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão
EM	Estado-Membro
ER	Estabilidade relativa
FMEY	Mortalidade por pesca que resultará no rendimento máximo económico
FMSY	Mortalidade por pesca que resultará no rendimento máximo sustentável
MSY	Rendimento máximo sustentável
OCM	Organização comum de mercado
ONG	Organização não-governamental
OP	Organização de produtores
ORGP	Organização regional de gestão das pescas
PCP	Política Comum das Pescas
PE	Parlamento Europeu
PMI	Política marítima integrada
QIT	Quota Individual transferível
RUP	Região ultraperiférica
TAC	Totais admissíveis de capturas
UE	União Europeia
ZMP	Zona marinha protegida